PT

AL-ALAC-ST-1115-02-01-PT
ORIGINAL: Inglês
DATA: 07 de dezembro de 2015
STATUS: Final

COMITÊ CONSULTIVO AT-LARGE

Declaração do ALAC sobre o Relatório de Assunto Preliminar sobre o Processo de Desenvolvimento de Políticas da GNSO para revisar todos os mecanismos de proteção de direitos em todos os gTLDs

Introdução

Leon Sanchez, membro da LACRALO (Latin American and Caribbean Islands Regional At-Large Organization, Organização Regional At-Large da América Latina e Ilhas do Caribe) e vice-presidente do ALAC redigiu uma versão preliminar da Declaração do ALAC.

No dia 20 de novembro de 2015, a primeira versão da Declaração foi publicada no espaço de trabalho do Relatório de Assunto Preliminar sobre o Processo de Desenvolvimento de Políticas da GNSO para revisar todos os mecanismos de proteção de direitos em todos os gTLDs.

Em 24 de novembro de 2015, Alan Greenberg, Presidente do ALAC, solicitou que a Equipe de Política da ICANN, em apoio ao ALAC, enviasse a todos os membros At-Large uma Convocação por Comentários sobre a Declaração por meio da Lista de E-mails de Anúncios do ALAC.

No dia 30 de novembro de 2015, uma versão incorporando os comentários recebidos foi publicada no espaço de trabalho mencionado anteriormente, e o Presidente solicitou que a Equipe abrisse uma votação para ratificação pelo ALAC da Declaração proposta.

Para economizar tempo, o presidente solicitou que a Declaração fosse transmitida para o processo de comentários públicos da ICANN, copiando o membro da Equipe da ICANN responsável por esse tópico, com uma observação de que a Declaração estava pendente de ratificação por parte do ALAC.

No dia 7 de dezembro, a Equipe confirmou que a votação on-line resultou no endossamento da Declaração pelo ALAC com
10 votos a favor, 1 contra e 0 abstenções. É possível visualizar o resultado independentemente em: https://www.bigpulse.com/pollresults?code=5260INeaR3JKiuEV4XkYUcmu.

Declaração do ALAC sobre o Relatório de Assunto Preliminar sobre o Processo de Desenvolvimento de Políticas da GNSO para revisar todos os mecanismos de proteção de direitos em todos os domínios genéricos de primeiro nível

O Comitê Consultivo At-Large (ALAC) agradece a oportunidade de comentar sobre o Relatório de Assunto Preliminar sobre o Processo de Desenvolvimento de Políticas para revisar todos os mecanismos de proteção de direitos em todos os domínios genéricos de primeiro nível, e envia a seguinte declaração formal à diretoria:

1. O ALAC reconhece a necessidade de revisar os mecanismos de proteção de direitos (RPMs) pois eles estão relacionados aos direitos de propriedade intelectual e nomes de domínio;
2. O ALAC acha que esses RPMs parecem estar mais concentrados em proteger os direitos de propriedade intelectual das corporações, pois elas podem arcar facilmente com as taxas (ver: http://www.wipo.int/amc/en/domains/fees/). As estruturas atuais dos RPMs criam barreiras sérias ao acesso dos usuários finais, especialmente em regiões em desenvolvimento.
3. O custo de registrar uma marca já pode ser pesado para muitos usuários finais. O custo adicional de proteger essa marca contra registros ilegais ou abusivos no DNS pode impedir os usuários finais de acessar os RPMs.
4. O ALAC apoia a lista sugerida de possíveis problemas incluída no Relatório de Assunto Preliminar, além disso recomenda adicionar as seguintes perguntas e observações aos possíveis problemas relacionados à Política de Resolução Uniforme de Disputas (UDRP) de nomes de domínio, ao Sistema de Suspensão Rápida Uniforme (URS), ao Centro de Informações de Marcas (TMCH), e aos períodos experimental e de reivindicação de marcas.
    a. Existe alguma barreira que possa impedir um usuário final de acessar um ou todos os RPMs?
    b. Como é possível diminuir os custos para que os usuários finais possam acessar os RPMs com facilidade?
    c. Deve haver uma análise da capacidade de acesso ao TMCH por indivíduos, proprietários e agentes de marcas em países em desenvolvimento.
5. O ALAC acredita que, até agora, o TMCH não atingiu seu objetivo de proteger um grande número de marcas registradas no DNS. Essa preocupação se baseia no fato de que "entre março de 2013 e maio de 2015, o TMCH verificou e aceitou a inclusão de 32.667 marcas registradas nacional ou regionalmente, 42 marcas registradas protegidas por status ou tratados, e duas marcas registradas validadas pela justiça."[1]Esses números somam pouco mais de 10% das marcas registradas acumuladas no ano apenas no Departamento de Patentes e Marcas Registradas dos Estados Unidos.[2] Isso, é claro, indica que os registrantes não estão usando os serviços da TMCH,

embora os motivos não sejam tão claros. Uma das possíveis razões pode ser o fato de que o serviço é prestado por apenas um fornecedor. Nesse sentido, o ALAC recomenda que os serviços do TMCH sejam abertos para mais fornecedores, a fim de que a concorrência diminua os preços e as barreiras de entrada para os usuários finais nesse RPM específico. Ter apenas um fornecedor de serviços de TMCH é ruim para o mercado e para os direitos dos usuários finais, pois esse monopólio constitui uma barreira grave ao acesso aos serviços.

O ALAC acredita que um Processo de Desenvolvimento de Políticas para revisar todos os mecanismos de proteção de direitos em todos os domínios genéricos de primeiro nível beneficiará os usuários finais e contribuirá para aumentar a confiança no DNS.

---

[1] Relatório de Assunto Preliminar sobre o Processo de Desenvolvimento de Políticas para revisar todos os mecanismos de proteção de direitos em todos os domínios genéricos de primeiro nível, p. 14.

[2] USPTO Data Visualization Center Trademark Dashboard, consultado em 19 de novembro de 2015: http://www.uspto.gov/dashboards/trademarks/main.dashxml